



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Vereadores e Vereadoras

Caros Deputados e Deputadas

Senhores e Senhoras Presidentes de Junta

Demais Autoridades presentes

Comunicação Social

Ilustres Munícipes

Nasci 6 anos depois do 25 de Abril de 1974. As marcas de uma eterna ditadura ainda se faziam sentir, num país cujo desenvolvimento estava ainda comprometido por 48 anos marcados pelo desfasamento relativamente a uma Europa que já conhecia a igualdade de oportunidades que a educação generalizada permitia, os sistemas de saúde pública de qualidade para todos os seus cidadãos, a habitação e a alimentação dignas, a abertura ao mundo que a cultura proporcionava, o progresso científico e tecnológico, e, sobretudo, a paz.

Cumprimos no dia 23 de março o mesmo número de dias de democracia que vivemos, quantos os nossos pais e avós viveram no regime do Estado Novo. Foram estes pais e avós que nos testemunharam o que o regime significou. Que nos falaram da forte desigualdade social, que não compreendia a meritocracia,



Grupo da Assembleia Municipal de Caminha

condenando quem nascia pobre a viver em pobreza, e que apenas o meio social confortável em que se crescia era garantia da continuidade de ascensão social.

Falaram-nos de um país preso da estagnação económica, provocada por uma agricultura que vivia de trabalhadores em situação de quase escravatura, de uma indústria insignificante, da escolaridade obrigatória de 4 anos, da divisão social que o sistema escolar perpetuava, entre alunos de liceu e de escola comercial e industrial; de como a investigação, e o progresso científico e tecnológico eram uma miragem.

As nossas mães e avós falaram-nos do que significava ser mulher nesses tempos de penumbra. De como o seu papel na sociedade era o de cuidar, abnegadamente, de seus maridos e filhos, e de como isso significava não ter outros sonhos. Não podiam sonhar estudar mais, não lhes cabia serem cultas e informadas; não podiam empreender um negócio ou viajar sem a autorização do marido, ou de outra figura patriarcal, não era da sua competência prosperarem, serem independentes, serem livres.

Deram-nos o testemunho das mulheres que perdiam a vida no parto, e também da perda de filhos por doenças banais, porque nas proximidades não havia cuidados de saúde. Contaram-nos, também, que sendo a mulher propriedade do marido, este poderia ter o direito de violência sobre ela, enquanto a restante comunidade, autoridades incluídas, olhava para o lado.

Nestes 48 anos de esperança, que passaram sobre os outros 48 anos de escuridão, avós, mães, filhas e netas temos percorrido um longo caminho. A Democracia trouxe-nos a oportunidade de



Grupo da Assembleia Municipal de Caminha

finalmente sonhar e cumprir o que queremos ser, de evoluir, de participar em paridade, de ter uma voz, de decidir. As escolas e universidades têm tantos rapazes como raparigas, as empresas começam a acolher mulheres em lugares de destaque, apesar de o esforço de conciliação de carreira e família ainda ser demasiado pesado.

Em 2022 temos o primeiro governo paritário, e, no nosso concelho, temos mulheres em equidade no executivo municipal, na assembleia em que nos encontramos, nas juntas e assembleias de freguesia.

Evoluímos muito, mas não podemos estagnar. Ainda falta cumprir com a eliminação do flagelo da violência contra a mulher. Em Portugal existiram, no último ano, **19.846** vítimas de violência doméstica, que se traduziram em **30** mortes. Temos profissionais no terreno que trabalham, incansavelmente, para proteger e aconselhar estas vítimas, que dinamizam junto dos jovens ações de esclarecimento sobre a violência no namoro, avançamos enquanto sociedade na constituição da violência contra a mulher como crime público, habituamo-nos a deixar de olhar para o lado, e a meter efetivamente a colher entre marido e mulher. Mas não chegou para evitarmos essas quase 20 000 vítimas e 30 mortes.

Apesar de todo o caminho percorrido, a mulher ainda não se libertou da violência patriarcal, aqui e em todo o mundo. É com horror que vemos como a mulher é ainda o principal alvo de agressão em situação de guerra, como temos assistido ultimamente na Ucrânia, em África e no Médio Oriente.



Grupo da Assembleia Municipal de Caminha

A Democracia e a Liberdade têm como fim último viver em paz. Foi precisamente o sonho de paz que mobilizou os militares para a ação corajosa que desembocou no golpe do 25 de Abril. Os treze anos de anos de guerra colonial passavam-se lá longe, é certo, do outro lado do mar, e o país nunca teve, nesse período, **nem hoje**, a verdadeira noção do número de vítimas mortais, físicas e psicológicas entre uma geração de jovens que foi obrigada a ir combater, sem preparação, nem informação sobre o direito que todos os povos têm à sua autodeterminação.

E quando pensávamos que a Paz, a Liberdade, a Democracia e a autodeterminação dos povos na Europa já não eram uma aspiração, mas uma certeza, assistimos à invasão russa e ao genocídio na Ucrânia. A nossa solidariedade com este povo é total, pelo que sofrem, e pela valentia com que enfrentam este massacre. Como referiu o Senhor Presidente da Assembleia da República na passada quinta-feira, “A luta pela liberdade na Ucrânia é da Europa toda”.

A Democracia e a Liberdade têm que ser cultivadas diariamente. Esta guerra e a emergência de movimentos populistas por todo o mundo, que nos levam a temer pelo fim da continuidade da democracia social e liberal, ameaçam o estado de desenvolvimento a que chegamos. Mas não nos podemos esquecer que a Democracia terá qualidade e sobreviverá enquanto nós, eleitos políticos, saibamos cumprir a responsabilidade que nos foi atribuída, e que esta é sobretudo, estimar e respeitar o serviço público.

Os nossos pais e avós falavam-nos de um país que só tinha acesso à cultura que a ditadura permitia ou produzia, veiculadora da sua



Grupo da Assembleia Municipal de Caminha

propaganda e que retratava um país conveniente a esse regime, ilusoriamente imperial, mas absolutamente fechado. Não conheciam a revolução cultural que acontecia no mundo desenvolvido, não acediam a livros que ajudassem a estimular o espírito crítico, não ouviam a nova música, não viam o novo cinema nem assistiam o novo teatro.

O 25 de abril trouxe também a liberdade cultural. E foi também através da cultura que nos abrimos ao mundo, que aceleramos o progresso, e nos pensamos enquanto país e comunidade.

Nos últimos 8 anos e meio temos assistido à grande evolução cultural que o nosso concelho tem vivido. A cultura agora é dirigida a todos, e acontece todo o ano. Mesmo em tempos de pandemia, o concelho de Caminha não tem esquecido os seus agentes culturais nem as pessoas que necessitam ter momentos que as enriquecem, animam e fazem progredir. E é através da cultura que o concelho tem ressurgido, e tido visibilidade em todo o país como um território vivo e dinâmico.

Sophia de Mello Breyner, autora dos mais belos versos sobre o 25 de Abril, afirmou, enquanto deputada constituinte, que «a cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o [ser humano] possa construir e construir-se em consciência, em liberdade e em justiça. E, se o [ser humano] é capaz de criar a revolução, é exatamente porque é capaz de criar a cultura”.

Hoje, 48 anos passados sobre os outros 48, vivemos num concelho e num país verdadeiramente europeus: a consagração do Serviço Nacional de Saúde, o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 e, posteriormente, para 12 anos, a criação de mais



Grupo da Assembleia Municipal de Caminha

universidades e cursos superiores, o investimento na ciência e na tecnologia, nos espaços e agentes culturais, nas infraestruturas que nos permitem estar rapidamente ligados e territorialmente coesos.

Não esqueçamos que este progresso só é possível conseguir em Democracia e Liberdade, e que a minha geração, e as que nos têm sucedido, apenas conhecendo a vida em Democracia e Liberdade, devem saber honrar e estimar o legado que os nossos pais e avós nos deixaram.

Viva o 25 de Abril, viva Caminha, viva Portugal.